

Cenas de Interpelação e/ou Cenas de Dissenso: uma fabulação dialógica entre a política de Judith Butler, Jacques Rancière e a luta antimanicomial ¹

Lucas Henrique Nigri VELOSO²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO: O artigo apresenta possibilidades de construção de ferramental teórico, analítico e metodológico para cartografia da(s) política(s) produzida por sujeitos e sujeitas mais vulneráveis que os demais a partir de um “diálogo dissidente” entre Judith Butler, Jacques Rancière e a luta antimanicomial. Primeiramente, apresentamos uma possível “cena de interpelação” e/ou “cena dissensual”, gerada a partir de contexto interacional da luta antimanicomial na cidade de Belo Horizonte, que será mobilizada, ainda que não exclusivamente, como base empírica da posterior discussão teórica. Posteriormente, triangularemos o pensamento político de Judith Butler, Jacques Rancière e a luta antimanicomial colocando em diálogo algumas de suas respectivas noções, como “cenas de interpelação” e “cenas de dissenso”, a fim de verificar potências e limitações que este “diálogo dissidente” nos tem a oferecer enquanto pesquisadores da comunicação e política.

PALAVRAS-CHAVE: *Performatividades. Vulnerabilidades. Cena de interpelação. Cena de dissenso. Luta antimanicomial.*

Introdução cênica

“Olhe, eu agradeço a vocês, mas vou pedir para me internarem, hoje! Não consigo mais viver desse jeito...estou muito sozinho porque as pessoas não dão ouvidos para um doente igual a mim...Estou morando na rua...Já não como há algum tempo e no centro de saúde que frequento a situação também não está boa. A comida lá anda muito ruim...não tenho companheiros...Penso que vou morrer!”

O relato de Cândido³, enunciado a partir de um corpo magro, pálido, trêmulo, em prantos e com tom de voz muito baixo causou diversos tipos de efeitos interacionais naqueles presentes na reunião da Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG)...De minha parte, fiquei estático, paralisado, em silêncio...Noemi e Sandra logo se levantaram, buscando acalmar Cândido. Em paralelo, Romarinho se exaltara por ter seu relato interrompido, solicitando, por efeito, que Cândido se acalmasse e aguardasse sua vez de falar: “Tem que se acalmar e se inscrever para falar!”. Cândido retorna a seu lugar, se inscreve na sequência de falas e aguarda outra oportunidade de fala, ainda muito agitado e pálido...

Neste dia, voltei para casa muito afetado pelo relato e exposição de Cândido. Poderia ele, na solidão que alega, superar sua vulnerável e precária situação existencial? O que eu

¹Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada com apoio financeiro da CAPES e FAPEMIG.

²Mestrando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, e-mail: lucasveloso@gmail.com. Agradeço a contribuição e orientação inestimável da prof.dra. Ângela Cristina Salgueiro Marquês, do PPGCOM-UFMG.

³ Decidimos por utilizar nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa.

poderia fazer para contribuir? Quantos outros sujeitos e sujeitas em situação semelhante encontram-se marginalizados e abandonados devido à perversos efeitos sociais que atrelados ao estigma do sofrimento corpóreo e mental? O que sujeitos e sujeitas mais vulneráveis e vulnerabilizados que os demais poderiam fazer para que injustiças e danos compartilhados sejam tratados como problema e responsabilidade da sociedade? Como poderiam se fazer lidos, ouvidos e respondidos pelo Estado, sociedade civil, democracia...? Como a ASSUSAM-MG se integra nesta problemática?

Retorno a cena que abre este artigo em busca de pistas, traços e rastros que indiquem respostas, ainda que parciais, para as indagações acima...

A reunião da ASSUSAM-MG estava marcada para às 19 horas de uma quinta-feira e se realizaria em auditório cedido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), cuja sede se localiza na região central da cidade de Belo Horizonte. O acolhimento da ASSUSAM-MG pelo CRP-MG deriva de agenciamento histórico de uma parcela de trabalhadores (médicos, psicólogos, assistentes sociais) do Sistema Único de Saúde (SUS) com usuários e familiares de usuários dos serviços públicos de atendimento à saúde mental que, idealmente, deveriam substituir progressivamente os manicômios e hospitais psiquiátricos no país...

Sentado numa das cadeiras da recepção do CRP-MG, aguardo os atores da luta antimanicomial mineira que são os sujeitos e sujeitas desta pesquisa...Chegou Romarinho. Já o conhecia de outras reuniões da ASSUSAM-MG e de uma apresentação do grupo teatral Sapos e Afogados, coletivo integrado às redes de luta antimanicomial de Belo Horizonte em que o mesmo exerce o trabalho de ator. Romarinho relata que está gostando muito de seu novo trabalho de garçom, exercido em eventos promovidos pelo coletivo de economia solidária Suricato, pois, além da possibilidade de remuneração, a atividade de garçom lhe permite interagir com “seus clientes” e partilhar com eles sobre suas teorias e experiências teatrais; sobre a performance teatral que estava construindo e que iria divertir a todos, pois ele iria tomar um banho de espuma de sabão no meio do palco; sobre a expectativa de receber um cachê na próxima apresentação teatral; sobre sua importante tese, que afirma que “remédio não cura, só a arte sara e cura...saracura! Entendeu, sacou, ok?”

Os relatos, proposições e deliberações da presente reunião da ASSUSAM-MG se iniciam...O primeiro a falar é Romarinho. Primeiramente, este relata uma situação que lhe incomodara durante uma apresentação do grupo teatral Sapos e Afogados...apesar da apresentação ter sido um sucesso e ele estar muito feliz pela possibilidade de ser aplaudido

pelo seu trabalho de ator, reclama que não recebeu dinheiro suficiente para arcar com os custos de transporte para os ensaios e apresentações: “o pessoal acha que porque a gente é artista e louco temos que receber menos ou as vezes nem receber...mas essa é minha profissão!”. Maria da Anunciação concorda, afirmando sobre as dificuldades de conseguir trabalho e ser remunerada como musicista: “as pessoas acham que estão nos fazendo um favor por nos deixar trabalhar!”...Rogéria, trabalhadora do setor de saúde pública do Estado, pede licença para se ausentar da reunião, colocando-se à disposição para levar quaisquer encaminhamentos para a Secretaria de Saúde do Estado e aproveitando para informar que trouxera e guardara um bolo de aniversário na geladeira do CRP-MG e que fora destinado para comemorar o aniversário de Cândido, caso o mesmo apareça nesta data.

O processo deliberativo retorna com Romarinho apresentando sua segunda pauta, esta que se refere ao Centro de Convivência e Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) da prefeitura de Belo Horizonte que frequenta. Romarinho afirma que, para além da queda da qualidade na comida oferecida aos usuários e a falta de remédios, o horário limitado de funcionamento das instituições impede a produção de interações, amizades, projetos coletivos de arte...em meio ao intenso debate que se formou acerca dos centros e serviços de saúde pública, Cândido finalmente chega ao recinto. Os presentes o cumprimentam, notando sua palidez e rosto abatido...Senta-se ao lado de Romarinho, que retoma a palavra novamente, reclamando agora da ação de alguns funcionários do CERSAM que criticam seu hábito de fumar: “eles acham que tudo é droga, mas os remédios não são?”. Cândido apoia Romarinho e pede a palavra. Entretanto, Romarinho solicita que ele espere sua vez e se inscreva antes de falar...Um debate se inicia sobre o uso de drogas, seus riscos, seus malefícios, seus pré-conceitos...paralelismos e analogias com medicações, injeções, eletrochoques...

Em meio a esta discussão, que se revelara cada vez mais complexa, controversa e heterogênea, Cândido não consegue mais conter suas urgências perante a normatividade deliberativa. Com voz em alto volume, porém em tom suave, expressa sua dor e angústia em meio a lágrimas...fiquei estático, paralisado, em silêncio...

Romarinho toma a palavra novamente, mas agora busca aconselhar Cândido sobre o que fazer. Sugere procurar atividades coletivas para aplacar a solidão, utilizando o espaço dos Centros de Convivência da prefeitura...Os demais presentes agora discutem sobre a situação de Cândido, esta que se transformara em objeto e pauta do debate...À margem da

deliberação que era realizada sobre sua própria situação existencial, Cândido joga seu relógio no chão, como se quisesse parar o tempo da reunião, chamando a atenção de todos:

“Estou a ver navios! Não sei o que está acontecendo comigo...Faço tratamento há mais de 18 anos...Tenho esquizofrenia, amnésia, transtorno bipolar... Estou muito sozinho! Moro na rua, não tenho família... Estou cada vez mais descrente da vida, não aguento mais...”

Fiquei completamente afetado pelo relato de Cândido: suas condições de saúde, moradia, afetividade, precariedade, vulnerabilidade, violências e danos...O que pode ser feito? O que posso fazer?...Noemi se ofereceu para procurar o CERSAM que Cândido frequenta para verificar os problemas que enfrentara no lugar, colocando-se também à inteira disposição para conversar com ele após a reunião...Cândido e Noemi se abraçam...Maria da Consolação também se levanta para abraçar, afirmando sobre a força, capacidade e criatividade artística de Cândido como poeta...Poeta? Não sabia que ele fazia poesias...Noemi também endossa que “O que você está enfrentando é muita solidão e nós vamos te ajudar...aqui na ASSUSAM estamos com você para o que precisar, no mesmo barco!”...Cândido reflete, parece concordar, afirmando que “Deus me proporcionou muitas bênçãos, inclusive minha arte, que é meu orgulho...”. Acanhado por experienciar tamanha impotência de minha parte perante a situação de Cândido, tomo consciência dos imensos privilégios que possuo para manutenção da minha vida...me dirigi para abraça-lo...solicitei a ele que me trouxesse seu livro de poesias, recém impresso, para que eu pudesse adquirir um exemplar e, quem sabe, contribuir para com a divulgação de sua produção artística...

Introdução

O presente artigo realiza discussão teórico-metodológica acerca de potencialidades conceituais para cartografias de agenciamentos e acontecimentos político-comunicacionais produzidos por sujeitos e sujeitas mais vulneráveis que os demais. Uma promissora possibilidade de construção de tal ferramental é realizada neste artigo a partir da produção de um “diálogo dissidente” entre Judith Butler, Jacques Rancière e o movimento de luta antimanicomial de Belo Horizonte. Em Judith Butler Butler (2004, 2010, 2016, 2017, 2018), somos convidados a buscar pela potência política dos sujeitos mais vulneráveis que os demais a partir de uma análise dos “espaços de aparecimento” ou “cenas de interpelação” que por estes são produzidos, levando em especial consideração as redes de suporte, agenciamentos, alianças e performatividades que constituem e introduzem diferença em suas interações e lutas sociais. Por outro lado, Jacques Rancière (1996, 2000, 2004, 2010) parece nos propor algo semelhante ao nos afirmar que a poética da política dos “sem-parte”

deve ser verificada a partir das “cenas de dissenso” que estes compõem como forma de encenar o “dano” que nos diz de sua exclusão social das partilhas sensíveis e que, potencialmente, pode produzir uma reconfiguração dos regimes perceptivos que reiteram suas invisibilidades e inaudibilidades. Mas que tipo de aproximações poderíamos realizar entre as teorias, noções e metodologias de ambos os autores e o que suas concordâncias, assimetrias e dissensos poderiam nos oferecer enquanto pesquisadores da comunicação e política? Ademais, como estes nos convidam a tratar o “dano” inerente a posição assimétrica do pesquisador perante aos sujeitos e sujeitas menos ou mais vulneráveis que compõem uma dada pesquisa? São estas algumas das perguntas que o artigo pretende, de forma incompleta, parcial e vulnerável, discorrer.

A discussão teórica que acima propomos entre Jacques Rancière e Judith Butler foi realizada a partir da efetuação de uma “triangulação” com experiências e saberes políticos que produzi a partir de dados etnográficos gerados desde meados de 2015 junto a sujeitos e sujeitas que, na cidade de Belo Horizonte, se agregam em diversos territórios integrados em rede como movimento de luta antimanicomial de Minas Gerais (VELOSO, 2018; VELOSO & MARQUES, 2018). Atuantes no Brasil desde pelo menos os anos 1960, aciono o movimento de luta antimanicomial não apenas enquanto objeto de exame, mas como potentes sujeitos produtores de fenômenos, acontecimentos e modos de existência político-comunicativos que têm muito a contribuir para com à reflexão social e política que produzimos enquanto ciências humanas; proposição esta que não apenas justifica e inspira o presente artigo, como também apresenta um real desafio na construção de conceituações e metodologias de pesquisa que honrem com os aprendizados, vivências e afecções que incorporei e produzi em trabalho de campo e que, neste artigo, procurarei fazer reverberar.

1. A estética política da vulnerabilidade: proposições sobre a suspensão da reiteração da normatividade violenta em Judith Butler

Ao acionarmos as produções contemporâneas da filósofa Judith Butler (2004, 2010, 2016, 2017, 2018), verificamos que um dos pilares que fundamentam sua teoria sociológica, política e ética é a proposição de que a existência humana corporificada é necessariamente, ainda que não suficientemente, condicionada pela vulnerabilidade. Esta noção é fundamenta pela autora a partir do atestado de que a condição de preservação e potencialização de qualquer existência considerada como vida é condicionada, desde a primeira infância, por relações de dependência material, simbólica e afetiva de outros seres, de modo que, neste sentido, se diferenciam segundo distintas capacidades que derivam de

suas relacionalidades⁴. Por este motivo, a vulnerabilidade, enquanto noção que busca dar conta de uma necessária dimensão ontológica do humano, não pode ser pensada, de acordo com a autora, como essência purificada ou qualidade apartada das condições sociais e políticas que atravessam, obstruem ou fomentam a preservação e desenvolvimento de vidas humanas. Esta situação se revela de forma especialmente problemática quando atestamos que carências, ausências e/ou negações de relações e estruturas sociais de suporte existencial, muitas das vezes, não são sequer apreendidos como necessários para preservação e fomento de algumas populações, grupos ou indivíduos. Mas como tal situação se reitera e estrutura socialmente? Como pode ser contestada por aqueles mais vulneráveis que os demais?

Ao se questionar sobre os atravessamentos sociopolíticos que diferencialmente modulam vulnerabilidades em opressões, violências e mortes, Judith Butler propõe que tal processo é efeito, dentre outras coisas, de uma perversa reiteração social de “quadros de inteligibilidade” e “normas de reconhecibilidade” que priorizam a preservação e fomento de algumas vidas e modos de existência em detrimento de outras que, muitas das vezes, não são sequer consideradas como dignas de luto⁵. Tal situação nos remete, como exposto pelos sujeitos que compõem a introdução cênica deste artigo, por exemplo, ao estigma discriminatório que é generalizadamente atrelado àquelas corporeidades interpeladas como “loucos” ou “doentes mentais” e que, muitas das vezes, por não se encaixarem ou por recusarem a se encaixar nos “esquemas de reconhecibilidade” que socialmente lhes são destinados, geralmente têm reiterada e aprofundada de forma violenta suas vulnerabilidades físicas e mentais⁶⁷.

4A noção de vulnerabilidade coloca em primeiro plano a relacionalidade que necessariamente condiciona nossa existência enquanto seres sociais: “Em minha visão, tanto quanto a “vulnerabilidade” pode ser afirmada como uma condição existencial, uma vez que estamos todos sujeitos a acidentes, doenças e ataques que podem expurgar nossas vidas muito rapidamente, é também uma condição socialmente induzida, que responde pela exposição desproporcional ao sofrimento, especialmente entre aqueles amplamente chamados de “precários” para os quais o acesso a abrigo, alimentação e cuidados médicos é muitas vezes bastante limitado” (BUTLER, 2016, p.12, nossa tradução).

⁵ “Nem todos os atos de conhecimento são atos de reconhecimento, embora a afirmação inversa não resista: uma vida deve ser inteligível como vida, ela deve estar em conformidade com certas concepções do que é a vida, para ser reconhecível. Portanto, assim como as regras de reconhecibilidade preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem padrões de reconhecimento.” (ibid., p.21, nossa tradução).

⁶ “Todos nós somos chamados por nomes, e esse tipo de apelação demonstra uma importante dimensão do ato de fala. Nós não apenas agimos através do ato de fala; atos de fala também agem sobre nós. Há um efeito performativo distinto de ter sido nomeado como esse gênero ou outro gênero, como parte de uma nacionalidade ou de uma minoria, ou para descobrir que a maneira como você é considerado em algum desses aspectos é resumido por um nome que você mesmo não conhece e nunca escolheu. (BUTLER, 2016, p.16, nossa tradução).

Ainda que vulnerabilidades sejam assimetricamente distribuídas num dado contexto social segundo “esquemas de reconhecibilidade” diferenciados, de forma que estes produzam ameaças ou mesmo legitimem a morte de dadas vidas e modos de existência em detrimento de outras tantas, tal situação não implicaria necessariamente que tais sujeitas e sujeitos sejam vítimas passivas ou dependentes incapazes. A partir da teoria de Austin e Searle sobre os efeitos performativos dos *speech acts* e em aliança com o pensamento do filósofo francês Jacques Derrida, dentre outras proposições, Judith Butler (BUTLER, 2017, p.174) encontra potência de resistência política dentro da própria vulnerabilidade que constitui os supracitados esquemas e estruturas de “reconhecibilidade”. Num breve resumo, é exatamente porque estruturas, normatividades e institucionalidades dependem de uma reiteração performativa por meio de interações sociais contextualizadas que fraudes, imitações, mimeses, ressignificações e deslocamentos acabam por menos ou mais introduzir trincas e fraturas em perversos e violentos “esquemas de reconhecibilidade”:

Se a performatividade da linguagem ofensiva é considerada perlocucionária (a linguagem produz efeitos, mas não é em si o efeito), então a linguagem só produz seus efeitos prejudiciais na medida em que também produz uma série de efeitos desnecessários. Precisamente porque uma afirmação pode produzir outros efeitos é possível a apropriação, inversão e recontextualização de tal afirmação (BUTLER, 2004, p.69-70, nossa tradução e grifos)

A partir da proposição de que atos performativos têm tanto a potência de reiterar esquemas de normatividade que legitimam a distribuição social assimétrica da precaridade quanto expor suas contingências, falhas e violências, Judith Butler pode afirmar que “performatividades” produzidas pelas próprias sujeitas e sujeitos vulneráveis possuem importantes qualidades de resistência, criatividade e insurgência política, sendo esta uma importante indicação metodológica para nos pesquisadores dos campos da comunicação social e ciência política. Não obstante, a autora confere especial ênfase na necessidade de compreender “performatividades” políticas tanto partir dos efeitos interacionais que produzem quanto a partir das redes e relações de aliança ou oposição, humanas, não-humanas e/ou extra-humanas, que possibilitam ou criam obstáculos para que corporeidades disputem o campo perceptivo social ou “espaço de aparecimento” que cria condição de possibilidade do exercício da luta política. Cabe ressaltar que este “espaço de aparecimento” ou “cena de interpelação” não é considerado pela autora como uma esfera pública apartada ou tomada como dada para um posterior emergir da política; principalmente quando consideramos que qualidades públicas ou privadas de espaços,

tempos e materialidades são já atravessados por disputas e/ou negociações entre distintos grupos sociais menos ou mais vulneráveis em relação uns aos outros (BUTLER, 2018).

A construção argumentativa das noções políticas de “performatividades”, “espaços de aparecimento” e “cenas de interpelação” são fundamentadas empiricamente por Butler quando a mesma reflete sobre a singularidade da “performatividade” que é exercida em diversos protestos nos Estados Unidos, como aqueles promovidos pelo movimento “Black Lives Matter”. Quando existências que não eram apreendidas e inteligíveis anteriormente como dignas de serem promovidas e fomentadas performam a si mesmas como corporeidades vivas e dignas de vida, como agentes políticos ativos que expõem suas vulnerabilidades para denunciar a ausência ou negação de reconhecimento social das mesmas, disputando e promovendo uma cena de aparecimento político em espaços pretensamente ou potencialmente públicos, uma “contradição performativa” não apenas coloca as próprias normas sociais que versam sobre justiça em xeque político, mas a própria significação socialmente compartilhada que estigmatiza suas próprias vulnerabilidades enquanto fraquezas a serem tratadas e/ou eliminadas do sistema social⁸. Em outras palavras, quando as corporeidades supracitadas compõem um “espaço de aparecimento” ou “cena de interpelação” em territorialidades pretensamente ou potencialmente públicas, performando a si mesmas como agentes e cidadãos dignos de reconhecimento que uma “contradição performativa” se estabelece ou pode se estabelecer e intensificar um processo de luta por reconhecimento e justiça⁹.

⁸ “Considere, por exemplo, a situação em que os sujeitos que foram excluídos dos direitos civis pelas convenções existentes que regem a definição excludente do uso universal dessa linguagem dos direitos civis e ativam uma “contradição performativa”, afirmando que eles são cobertos por esse universal, expondo com isto o caráter contraditório das formulações convencionais anteriores do universal. Esse tipo de discurso parece, em princípio, impossível ou contraditório, mas é uma maneira de expor os limites das noções atuais de universalidade e constitui um desafio para que os padrões existentes se tornem mais amplos e mais inclusivos. Nesse sentido, ser capaz de enunciar a contradição performativa não é uma empresa que se prejudica; pelo contrário, a “contradição performativa” é crucial para a contínua revisão e elaboração dos padrões históricos de universalidade próprios do movimento futuro da própria democracia.” (BUTLER, 2004, p.153-154, nossa tradução)



IMAGEM 1: Protesto do dia de luta antimanicomial em Belo Horizonte (foto produzida por um dos autores em 18/05/2018).

A imagem acima foi produzida por mim em situação de protesto do “dia de luta antimanicomial”, evento produzido pelas redes de luta antimanicomial cuja Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG) faz parte, me faz pensar sobre a “contradição performativa” e política produzida por seus agentes: a partir de vulnerabilidades, de forma vulnerável (por isso depende de alianças) e em oposição as normatividades e “esquemas de inteligibilidade” que estruturam, reiteram e/ou aprofundam as próprias vulnerabilidades anteriormente mobilizadas nos corpos, materialidades e discursos que são performados politicamente. Na esta imagem em específico, ao mobilizarem a história da luta antimanicomial a partir do performar da quebra de um muro manicomial, agenciando o signo do “cavalo de Trieste” que marcou a origem do movimento político em território italiano, os protestantes colocam em ato tanto sua potência política, agência, autonomia, criatividade e resistência política quanto se colocam em oposição às normatividades e institucionalidades que reiteram manicômios, práticas manicomiais e estigmas associados ao sofrimento mental.

2. A estética política da vulnerabilidade sob a perspectiva da poética da política e do conhecimento em Jacques Rancière

Conceber os modos de existência, agências e relações daqueles ou daquelas que não foram contemplados ou reconhecidos por normatividades, ordenamentos ou contextos sociais vigentes, ou que muitas das vezes não almejam tal reconhecimento nos termos, papéis e funções que à estes foram destinados como destino, parece nos indicar uma importante possibilidade de reflexão política. Em outras palavras, quando tais sujeitos e/ou sujeitas vulneráveis e precarizados irrompem em nosso campo sensível a partir da produção de um “cena de interpelação”, nos termos de Butler, uma “contradição performativa” de sua ação política tem a potência de colocar em questão e nos fazer tomar consciência de um

normatividade social injusta, violenta e muitas das vezes legitimadora de mortes e genocídios naturalizados. A proposição que acima edificamos nos parece, à primeira vista, um pensamento que se aproxima das reflexões sobre a política em Jacques Rancière (1996, 2004, 2010). Tal situação parece nos convidar a produzir um importante troca e “calibragem” teórico-metodológica a ser efetuada entre o pensamento de ambos os autores, de forma que, municiando suas aproximações e dissidências, possamos produzir melhor ferramental analítico em nossas pesquisas acerca de fenômenos e agenciamentos comunicativo-político. Começo tal tarefa tentando realizar uma primeira aproximação entre as noções de “polícia” e como “esquemas de inteligibilidade” ou “reconhecibilidade” que abordamos em Butler:

“Eu defini a polícia como uma forma de partilha da sensível, caracterizada pela adequação imaginária dos lugares, das funções e das maneiras de ser, pela ausência de vazios e suplementos. (...) Polícia, para mim, não define uma instituição de poder, mas um princípio de partilha do sensível no interior da qual podem ser definidas as estratégias e as técnicas do poder.”
(RANCIÈRE, 2010, p.78).

A noção de “polícia”, conforme exposto anteriormente, nos parece próximo daquilo que Butler conceitua como “esquemas de inteligibilidade” ou “reconhecibilidade”, haja vista que ambos são concebidos como os princípios que nos permitem, por exemplo, delimitar, recortar, nomear, classificar, interpelar e relatar sobre uma singularidade que compõem à multiplicidade da experiência sensível, em detrimento de outras tantas possibilidades de realizar a mesma operação. Tal situação ocorre, por exemplo, quando definimos uma singularidade enquanto humana, em detrimento de outras. que não são sequer contadas ou apreendidas enquanto pertencentes a este ideal tipo. Entrementes, me parece que Rancière seria mais enfático no que tange a necessidade de se diferenciar ordens “policiais” umas das outras, nos sugerindo como indicador ou traço distintivo suas diferenciais possibilidades, porosidades ou, poderíamos dizer, probabilidades de reconfiguração sensível, indicando assim se são menos ou mais igualitárias ou democráticas.

No que tange a noção de “política”, esta que me parece pouco abordada por Butler, Rancière também nos concede ferramental especial para cartografia de suas emergências em ordens “policiais”. O francês significa “política” como um tipo de performance, proferimento ou mesmo gesto que desestabiliza ou suspende um certo regime de distribuição de papéis sociais, corporeidades, materialidades e ou significações; “partilha do sensível” e ordem “policial”. Como um efeito estético-interacional do campo sensível, esta depende,

para o autor, da atuação de um “modo de subjetivação”, não contado anteriormente pela lógica “policial”, que promova aquilo que poderíamos chamar de um “gatilho político” e, por efeito, desencadeie um processo de reconfiguração ou suspensão provisória da referida e associada ordem, produzindo intersecção, portanto, entre diferentes regimes de espaço e tempo. Cabe ressaltar que para Rancière um “modo de subjetivação” da “política” não é uma identidade ou categoria social dada anteriormente, haja vista que, se assim fosse, este já teria sido contado pela “partilha do sensível” e, assim, seus efeitos interacionais não seriam disruptivos e dissensuais, mas previstos ou esperados haja vista que são consensuais à própria “polícia”:

A lógica da subjetivação política não é jamais a simples afirmação de uma identidade, ela é sempre, ao mesmo tempo, a negação de uma identidade imposta por um outro, fixada pela lógica policial. A polícia deseja nomes exatos, que marquem para as pessoas o lugar que ocupam e o trabalho que devem desempenhar. A política, por sua vez, diz de nomes <<impróprios>> que apontam uma falha e manifestam um dano. (RANCIERE, 2004, p.121, nosso grifo)

O que verificamos acima no pensamento de Rancière, portanto, é que “modos de subjetivação” e a “política” que por estes é porventura produzida encontram-se relacionadas a um “dano” originário que deriva¹⁰: a) de uma falha de contagem ou reconhecibilidade por parte do princípio que estabelece uma dada ordem “policial” e que, por este motivo, produz aqueles que o autor considera como os agentes da “política”, os “sem parte; b) da iminente capacidade que os “sem parte” possuem de produzir e encenar este “dano” originário numa “cena polêmica” ou “dissensual”, sobretudo a partir da mobilização de um “impróprio” (apropriação, reconfiguração e/ou produção de nomes gestos, atos, materialidades, significações) que não deveriam ocorrer ou que não eram previstos numa dada ordem “policial” e que, assim, tem a capacidade de produzir polêmica, dissenso e uma reconfiguração do sensível que se encontra relacionado à dada atuação política.

¹⁰ “A política em geral é feita desses erros de cálculo, é obra de classes que não são classes, que inscrevem sob o nome particular de uma parte excepcional ou de um todo da comunidade (os pobres, o proletariado, o povo) o dano que separa e reúne duas lógicas heterogêneas da comunidade. O conceito de dano não se liga pois a nenhuma dramaturgia de “vitimização”. Faz parte da estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais” (RANCIERE, 1996, p.49-50).

A exposição realizada acima, ainda que incompleta e parcial no que tange às noções que compõem o pensamento da política em Rancière, será motivo para tentemos construir novo diálogo dissensual entre o pensamento do francês para com Judith Butler. Conforme procuramos argumentar na primeira parte deste artigo, Judith Butler aposta na potência política que os sujeitos precarizados em aliança possuem de produzir uma “contradição performativa” dirigida aos “esquemas de inteligibilidade” que atuam em favor de uma negação de reconhecibilidade da necessidade de redes de suporte para fomento de algumas vidas em detrimento de outras a partir da exposição vulnerável de seus corpos numa “cena de aparecimento” ou de “interpelação”. Já a “cena polêmica” ou “dissensual” em Rancière é aquela que redefine os modos de disponibilização e circulação das palavras e dos discursos: ela se configura pelo excesso, pelo suplemento, por aquilo que deborda os lugares e tempos fixados pela “ordem policial”. Por este motivo, não apenas em protestos ou agenciamentos de larga escala, “a cena dissensual” é explicitamente compreendida como uma forma de experimentar o tempo que pode ocorrer potencialmente em quaisquer escalas e territorialidades, em macro e micro acontecimentos (MARQUES & PRADO, 2018, p.29); é o excesso que vai caracterizar a “cena de dissenso”, assim como também a emergência dos “sem-parte” e seu processo correlato de “desidentificação”¹¹:

A cena introdutória que construí na introdução do artigo procurou, ainda que de forma vulnerável e precária, apresentar uma “cena de dissenso” que vivenciei corporificadamente no contexto ASSUSAM-MG. Quando Cândido interrompe a “partilha do sensível” deliberativa que normatizava as interações da ASSUSAM-MG, graças ao “alto coeficiente de porosidade” e mesmo suporte e acolhimento que tal arranjo interacional propiciara, este sujeito pode talvez, finalmente, enunciar, tornar audível, visível e afectível o grande sofrimento que experienciava para outros. Tal sofrimento certamente possui historicidade e indica um “dano originário” que perpassa outras vidas e corporeidades também em comum situação de rua e sofrimento mental. Sobretudo, quando este joga seu relógio no chão e se propõe a falar sobre como a morte ameaça sua existência, colocando em xeque inclusive a estrutura e normatividade deliberativa da ASSUSAM-MG, um “desentendimento” comunicativo e existencial toma conta do contexto, de mim: ele está falando que vai se matar? Ou que sua vida está tão vulnerável, precarizada e violentada que

¹¹ “O dissenso não é, em princípio, o conflito entre os interesses ou as aspirações de diferentes grupos. É, num sentido estrito, uma diferença no sensível, um desacordo sobre os próprios dados da situação, sobre os objetos e sujeitos incluídos na comunidade e sobre os modos de sua inclusão” (RANCIÈRE, 2005, p. 51).

não a outra possibilidade existencial para ele que não cessar tal suplício? Tal irrupção violenta, talvez ainda mais intensiva tendo em vista a singular sutileza de voz, movimento e corpo de Cândido, colocara sua corporeidade e fala, até então em segundo plano naquele contexto, como urgência inescapável do campo de percepção dos presentes. A cena inesperada que fora produzida por Cândido teve como efeito uma imediata reconfiguração na pauta de deliberação, corpos, mentes, motivações e sentimentos dos presentes que tanto “desidentificaram” Cândido para o grupo, como o grupo para Cândido. Tal “desidentificação” aconteceu sobretudo em mim quando, ao final da cena, ainda que afetado por Cândido desde sua chegada, me dirigi a ele para lhe oferecer o que estava em meu alcance. Também, a própria identidade de Cândido foi “desidentificada” perante aos demais, sobretudo novamente por mim e em mim, quando descobri que este, mais do que um sujeito vulnerável em situação de rua e sofrimento mental, é um poeta, um artista, uma vida que almeja suporte e reconhecimento outro que não aquele que atualmente lhe é conferido.

REFLEXÕES FINAIS

O presente artigo procurou, a partir de agenciamento e produção de diálogo dissensual entre Judith Butler, Jacques Rancière e a luta antimanicomial de Minas Gerais, apontar possibilidades de construção e mobilização de ferramentas conceituais teórico-analíticas para cartografia de agenciamentos, arranjos e cenas comunicacionais de cunho político, sobretudo aquelas produzidas por sujeitas e sujeitos mais vulneráveis que os demais.

Primeiramente, em Judith Butler, verificamos importante proposição para que relações e interações de poder e dominação, resistência e subversão, sejam analisadas sem que os sujeitos e corporeidades vulnerabilizados e/ou violentados por tais arranjos tenham suas potências criativas e propositivas eclipsadas pelo pesquisador ou mesmo pelas entidades a quem se destina sua “contradição performativa”. Caso levemos o pensamento da autora a sério, operações metodológicas e/ou mesmo perceptivas de se pensar a política como um campo ou forma de ação social purificada de vulnerabilidades não são apenas insuficientes, mas danosas, haja vista que tendem a reiterar “esquemas de reconhecibilidade” perversos que enquadram sujeitas e sujeitos vulneráveis como vítimas passivas impotentes que, em muitos dos casos, não possuem vidas sequer dignas de fomento, preservação e luto. Ademais, ao colocar em primeiro plano as vulnerabilidades corporificadas como elementos constituidores de uma ação social, Judith Butler nos leva a considerar como importante variável comunicativo-política os arranjos e redes que permitem ou não que uma “performatividade” coletiva e política emerja em espaços

pretensamente públicos. Por efeito, o cartografar de tais “performatividades” podem vir a ser também um movimento de mapeamento das próprias estruturas de “inteligibilidade” e “reconhecibilidade” que são denunciadas e/ou enunciadas como justas ou injustas num dado contexto, sendo importante lastro para debates acerca de justiça social e democracia.

No que tange o pensamento de Jacques Rancière, assim como também parece nos interpelar o de Judith Butler, este não apenas nos convoca a estudar processos políticos em seu “vir-a-ser”, ou seja, desnaturalizando termos como agência, sujeito e política como noções apriorísticas que universalmente categorizam e explicam racionalidades, corporeidades, agenciamentos, práticas e territórios relacionados agonisticamente em lutas por justiça e reconhecimento. Não obstante, entendo que o pensamento de Rancière nos demanda maior radicalidade no que tange o movimento metodológico de procurar cartografar, descrever e compreender como “cenas de dissenso” promovidas pela ação política de certos sujeitos colocam não apenas o pressuposto da igualdade democrática em xeque, mas o próprio lugar daqueles que se propõem a pesquisar sobre a emergência da política e sua relação com ordenamentos “policiais” vigentes.

A partir da proposição acima, talvez seja possível compreender porque a “poética da política” em Rancière deve ser colocada em ação pela “poética do conhecimento” do pesquisador: o trabalho de invenção, fabulação e ficção das “cenas dissensuais” que derivam daquela(s) que fora(m) realizada(s) contextualmente pelo(s) “sem-parte”, procurando expor a partir destas “contradições” e “desentendimentos” que em nós são provocados pela nossa própria posição de igualdade e desigualdade para com sujeitas e sujeitos de pesquisa. Esta, talvez, nos apresenta uma interessante possibilidade de tratar o “dano” inerente e inescapável de falar pelo outro mais vulnerável que nós mesmos: vulnerabilizar nossa cientificidade a partir da capacidade de ser afetado pelo outro, transformando tais afecções em poética, em política.

Nesse sentido, talvez, Judith Butler tenha já nos indicado um caminho metodológico que eu não havia entendido ou mesmo que tenha “desentendido” como divergente com relação a Rancière: vulnerabilidades, mesmo aquelas que derivam de pretensões científicas, possuem potências críticas, inesperadas...revolucionárias? Enfim, ainda que não tenha conseguido satisfatoriamente construir tal linguagem poética neste artigo para abrigar as cenas e sujeitos políticos do movimento de luta antimanicomial, acredito que uma tentativa foi realizada e aponta, quem sabe, para que eu e outras pessoas continuem a se propor a fazê-lo pois os “sem parte” ainda aguardam nossa escuta, nossa resposta.

Referências

BUTLER, J.. *Lenguaje, poder e identidade*, Síntesis, Madrid, 2004.

_____, Marcos de Guerra. *Las vidas lloradas*, trad. Bernardo Moreno Castillo, Buenos Aires, Paidós, 2010

_____. When gesture becomes event. In: **Inter Views in Performance Philosophy**. Palgrave Macmillan, London, 2017. p. 171-191.

_____. *Corpos em Aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Ed.). *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PRADO, Marco Aurélio Máximo. O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 7-32, 2018.

PANAGIA, Davide **Rancière's sentiments**. London: Duke University Press, 2018.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed.34, 1996

RANCIÈRE, J. Literature, Politics, Aesthetics: Approaches to Democratic Disagreement. Interviewed by Solange Guénoun and James H. Kavanagh, **Substance**, n.92, p.3-24, 2000

RANCIÈRE, J. **The politics of aesthetics: the distribution of the sensible**. London: Continuum, 2004.

RANCIÈRE, J. Biopolítica ou política? **Urdimento**, Florianópolis (UDESC), v.1, n.15, p.75-90, 2010

VELOSO, L. H. N. (2017). Teorias dos movimentos sociais, Jacques Rancière e a “subjetivação política”: Noções de agência, sujeito e política sob a perspectiva estética da “cena de dissenso”. *revista mídia e cotidiano* 12.3: 88-106.

VELOSO, L., & MARQUES, A. C. S. (2018). Vulneráveis ou vítimas? A experiência das redes de luta antimanicomial em Belo Horizonte e a construção relacional de biopotências. *Lumina*, 12(2), 59-78.